

Batendo e alisando

Economia - Brasil

Alguns dias atrás, o presidente Fernando Henrique Cardoso havia agradecido ao Congresso Nacional por ter votado a legislação referente ao ajuste fiscal. Na última segunda-feira, o presidente reclamou do Congresso por ter levado mais de quatro anos para aprovar uma reforma da Previdência – que não podia ser mais tímida – e estar ameaçando não aprovar sua regulamentação.

Não é o caso de perguntar onde está a sinceridade. Na verdade, as duas observações, contraditórias, é claro, exprimem a ambigüidade que tem marcado as relações do presidente com o Congresso e os partidos que o apóiam. Na origem dessa ambigüidade está uma realidade observada ao longo dos últimos anos: o Congresso é refratário às reformas do setor público, especialmente à da Previdência dos funcionários públicos.

Esse é o problema básico, a propósito do qual o presidente disse uma porção de verdades em seu polêmico discurso. Por exemplo: "Sem reforma o custo da estabilidade é muito alto." Eis os números: neste ano, o governo federal vai gastar quase R\$ 30 bilhões na conta do déficit previdenciário, a diferença entre as contribuições pagas pelos trabalhadores do setor privado (INSS) e do setor público federal e os pagamentos do governo a aposentados e inativos.

Para cobrir essa conta, o governo precisa arrecadar mais impostos da sociedade, tomar di-

nheiro emprestado – é assim forçar a alta dos juros – e economizar em outras despesas, como saúde, educação, segurança, reforma agrária, seguro-desemprego. Não há dúvida, portanto: "Sem reforma o custo da estabilidade é muito alto."

Continuará muito alto, aliás, com a reforma. Por quê? Porque também é verdade que a reforma da Previdência é tímida – apenas reduz a velocidade de crescimento do déficit – e que o Congresso levou muito tempo para aprová-la. Mais ainda: o Congresso só aprovou a atual reforma quando o mundo desabava sobre o Brasil.

Convém lembrar. Em 2 de dezembro do ano passado, com votos dos partidos governistas se somando aos de toda a oposição, a Câmara rejeitou a emenda constitucional que aumentava a contribuição previdenciária dos servidores ativos e introduzia a contribuição dos inativos. A medida fazia parte do Programa de Ajuste Fiscal apresentado ao FMI e à comunidade internacional, e que havia melhorado as expectativas em relação ao Brasil.

Com a derrubada da emenda acelerou-se a fuga de capitais e o noticiário internacional informava que o adiamento da reforma previdenciária no Brasil ameaçava precipitar a pior crise nos mercados emergentes.



O ESTADO DE S. PAULO

Aí o Congresso correu atrás, atropelou prazos e acabou aprovando a emenda das contribuições. Era tarde, porém. A crise da desvalorização do real já se aproximava do seu desfecho.

O Congresso não percebeu nem a necessidade da reforma previdenciária para o ajuste das contas públicas, nem, naquele dia 2 de dezembro, o peso de sua decisão nos mercados internacionais.

Há mais. No geral, o Congresso tem mostrado um pouco mais de disposição para votar a reforma do INSS – 18 milhões de beneficiários, 12 milhões ganhando um salário mínimo – do que as mudanças na Previdência pública – pouco mais de 3 milhões de beneficiários no País todo, recebendo no mínimo dez vezes mais que o pessoal do INSS e produzindo um déficit três vezes superior.

Tudo considerado, o presidente foi até moderado nas críticas ao Congresso e, por extensão, aos partidos aliados. Ainda mais levando em conta que Fernando Henrique sofrera uma verdadeira provocação com a designação de uma deputada do PC do B, Jandira Feghali, para relatar a segunda reforma da Previdência, e de um deputado do PT, Ricardo Berzoini, para relatar o aumento da alíquota do Imposto de Renda – projetos essenciais ao ajuste fiscal.

Essa moderação do presidente e a tentativa de consertar as críticas do discurso de segunda exprimem o outro lado da ambigüidade. Fernando Henrique precisa do Congresso e, mais do que isso, da composição de partidos tão heterogêneos, necessidade decorrente de um sistema político que não exprime corretamente a vontade das maiorias. Aliás, a reforma política continua enrolada

O presidente tem sido até moderado nas críticas à lentidão do Congresso

no Congresso – entre outros motivos porque o líder do PFL, Inocêncio Oliveira, não quer correr o risco de ver sua bancada no Recife ser reduzida à metade.

Assim, o presidente tem oscilado entre alisar e bater mais contemporizando do que enfrentando. Seu erro maior pode estar aí. Ou neste ponto do polêmico discurso em que Fernando Henrique admite: "Não tivemos capacidade política de convencer o Congresso e a sociedade" (da necessidade das reformas).

Ainda está em tempo. Mais do que isso, continua sendo essencial. Mas o presidente de que precisamos aqui é o do discurso de segunda, do que disse um monte de verdades, não daquele que se desculpa e contemporiza.